

“A POLÍCIA QUE REPRIME NA AVENIDA É A MESMA QUE MATA NA FAVELA”: BATALHAS SEMIÓTICAS SOBRE VIOLÊNCIA POLICIAL NAS FAVELAS DO RIO DE JANEIRO

Douglas Roberto Knupp Sanque¹

RESUMO

As manifestações políticas de 2013 movimentaram diversas cidades brasileiras. Em meio aos cartazes erguidos, uma reclamação corriqueira foi a violência policial. O objetivo deste artigo é analisar a construção semiótica de significados sobre violência policial. Baseado no conceito de precariedade bem como nas reflexões contemporâneas sobre a natureza da prática linguística, analiso a faixa “A polícia que reprime na avenida é a mesma que mata na favela”, erguida em ato de protesto à Chacina da Maré. Em seguida, empreendo o procedimento metodológico de rastreamento da trajetória da faixa na web em 3 entextualizações: no site Redes de Desenvolvimento da Maré, no portal G1 e sua seção de comentários. Resultados preliminares apontam para uma disputa social sobre a legitimidade da violência policial.

Palavras-chave: Violência Policial. Manifestações Políticas. Trajetórias Textuais.

ABSTRACT

Political demonstrations in 2013 mobilized several Brazilian cities. Within the innumerable posters held by protesters, a regular complaint made was police brutality. Based on the concept of precarity as well as on the contemporary theories regarding the nature of the linguistic practice, I analyze the poster “The police repressing in the avenue is the same killing in the slum”, held during a protest against event called Carnage of Maré. Furthermore, I utilize the methodological procedure of tracking the web trajectory of the poster in 3 entextualizations: in the website Redes de Desenvolvimento da Maré, in the G1 web portal and its comment section. Preliminary results point to a social dispute regarding legitimacy of police brutality.

Keywords: Police Brutality. Political Demonstrations, Text Trajectories.

INTRODUÇÃO E OBJETIVO DE PESQUISA

As manifestações de junho de 2013 entraram para a História do país. Os protestos tomaram as ruas de diversas capitais do Brasil e viraram assunto nas escolas, nas praças, nos coletivos, nas mesas de bar... Atingiram alcance tamanho a ponto de chamar atenção dos

¹ Bacharel em Letras (Português-Inglês) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente, está em fase de escrita de dissertação final para conclusão do curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Linguística Aplicada, na mesma instituição de graduação, sob orientação do Professor Doutor Luiz Paulo da Moita Lopes. E-mail: dknupp@gmail.com.

governantes e afetar sua popularidade. Um dos elementos das manifestações que mais chamou atenção foi a violência. Muitos atos tiveram confrontos entre manifestantes e policiais militares.

Sendo assim, analiso, no presente artigo, como a violência policial é legitimada ou contestada socialmente. Para tal, baseio-me nos significados construídos sobre a Chacina da Maré (o episódio é discutido mais detalhadamente na próxima seção). Inicialmente, analiso uma faixa com os dizeres “A polícia que reprime na avenida é a mesma que mata na favela” erguida durante o ato em protesto à Chacina realizado no dia seguinte a esta. Em seguida, analiso a cobertura da Chacina da Maré no site da Redes de Desenvolvimento da Maré (Redes) e no portal G1, da Rede Globo de Comunicações (ambos publicaram matérias de cobertura jornalística sobre a Chacina da Maré e a faixa mencionada aparece em fotografias em ambas as reportagens). Por fim, analiso a seção de comentários do site G1 para investigar como os leitores do site se relacionam com os significados entextualizados na matéria. Para tanto, este artigo está organizado da seguinte maneira.

A próxima seção tenta criar inteligibilidade sobre os movimentos de junho de 2013. Traço um breve histórico em relação ao crescimento do número de manifestantes nas ruas e reflito, seguindo Nobre (2013), sobre o papel do sistema político brasileiro (“pemedebismo”, nos termos do autor), que blindava os representantes políticos contra a sociedade civil organizada e sua relação com os eventos de junho. Discuto também os antecedentes que levaram à operação hoje conhecida como Chacina da Maré.

Na seção 3, volto minha atenção para a atuação policial no cotidiano do Rio de Janeiro, com base nos textos de Rolnik (2013), Secco (2013) e Brito e Oliveira (2013) e o papel da violência nos processos de significação, seguindo Butler (2009) e Farmer (2004), que discutem o papel político da violência policial, vinculando, portanto, a polícia à política.

Na seção seguinte, discuto o funcionamento performativo da linguagem, o que significa que a linguagem é vista aqui como forma de ação no mundo social, seguindo os trabalhos de Austin (1962) e Derrida (1977). Alguns conceitos relativos ao funcionamento da linguagem, como compreendido no presente artigo, serão também utilizados como ferramental teórico-analítico para a análise dos dados: entextualização,

ordem indexical e ordens de indexicalidade. Esses conceitos, seguindo a tradição contemporânea de estudos qualitativos da prática linguística localizada (PENNYCOOK 2010; BLOMMAERT, 2005; 2014), enfatizam o papel da *circulação* dos textos no funcionamento da prática linguística. Procedo, em seguida, para a análise dos dados tentando seguir a trajetória dos textos (BLOMMAERT, 2005; FABRICIO, 2014; 2014b) sobre a Chacina da Maré, ou seja, investigando como os significados sobre violência policial são entextualizados em diferentes contextos de significação. Ofereço, em seguida, minhas considerações finais acerca da circulação do discurso da violência policial e a sustentação semiótica de sua legitimação social.

AS REVOLTAS DE JUNHO DE 2013

Singer (2013) afirma que “os protestos adquiriram tal dimensão e energia que ficou claro estar ocorrendo algo nas entranhas da sociedade, *algo* que podia sair do controle. Mas nunca restou nítido *o que* estava acontecendo” (SINGER, 2013, p. 24, ênfase no original). Em seu artigo, o autor separa as manifestações em 3 fases distintas, com duração de cerca de uma semana cada uma. A primeira fase foi do dia 06 a 16 de junho quando as manifestações tinham uma demanda específica: a revogação do aumento das passagens de ônibus, trens e metrô. Singer (2013, p. 24 e 25) detalha em seguida uma escalada da repressão violenta por parte das Polícias Militares durante esta fase, e creio que o caso do Rio de Janeiro é bastante simbólico. Durante manifestação em 16/06/2013, o Batalhão de Choque atacou manifestantes com bombas de gás e balas de borracha na Quinta da Boa Vista, onde famílias se reuniam em atividades de lazer².

Diversos autores (SINGER, 2013; NOBRE, 2013; ROLNIK, 2013, entre outros) são unânimes em apontar a violência policial contra os manifestantes como o principal catalisador do aumento de adesões aos protestos. Iniciou-se, então, a segunda etapa das manifestações em 17/06/2013, quando “outras frações da sociedade entram espontaneamente em cena, multiplicando por mil a potência dos protestos, mas simultaneamente tornando vagas as suas demandas. De milhares, as contas de gente na

² Disponível em <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/06/pm-e-manifestantes-tem-confronto-na-quinta-da-boa-vista-no-rio.html>, acessada em 30/12/2014.

rua passam a centenas de milhares.” (SINGER, 2013, p. 25). No Rio, em 17/06/2013, estima-se que 100 mil pessoas tenham participado do ato³. No dia 19/06, o aumento das passagens é revogado por diversas prefeituras e governos estaduais e, no dia seguinte, “a onda atinge o ponto máximo, com demonstrações em mais de 100 cidades, algumas delas gigantescas, alcançando, no conjunto, cerca de 1,5 milhão de participantes.” (SINGER, 2013, p. 26). Após as manifestações do dia 20/06, inicia-se, segundo Singer (2013), a terceira fase das manifestações, quando “o movimento se fragmenta em mobilizações parciais com objetivos específicos (redução de pedágios, derrubada da PEC 37, protesto contra o Programa Mais Médicos, etc.) (SINGER, 2013, p. 26)”.

Nobre (2013, p. 5) elege como o epicentro das revoltas populares de junho de 2013 a blindagem do sistema político, a qual ele chama de *pemedebismo*, em “homenagem” ao PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), partido que primeiro representou tal blindagem. O autor localiza o surgimento do *pemedebismo* no declínio da ditadura militar, quando o PMDB “impôs como indispensável a união de todas as forças “progressistas” para derrotar o autoritarismo” (NOBRE, 2013, p. 5). Durante a Constituinte, essa união respondeu às demandas populares com a formação de um bloco suprapartidário de Centro, “apostando na ausência de uma pauta unificada e de um partido (ou frente de partidos) que canalizasse as aspirações mudancistas” (NOBRE, 2013, p. 6), sendo essa sua principal característica. A segunda característica, segundo o autor, é a crença na sua indispensabilidade, baseada no consenso “que [Fernando] Collor tinha caído porque não dispunha de apoio político suficiente no Congresso, porque lhe teria faltado “governabilidade”” (NOBRE, 2013, p. 6). Para Nobre (2013), as Revoltas de Junho desestabilizaram exatamente a figura do *pemedebismo*, ao exigir maior abertura para a participação popular nas decisões do Poder Público, ou seja, uma radicalização da democracia.

Durante a terceira fase das manifestações, em 24 de junho de 2013, houve um ato de protesto de moradores do Complexo da Maré. Houve confronto entre policiais e manifestantes, durante o qual foi morto um policial do BOPE. Em seguida, o BOPE fez uma incursão na Maré “buscando criminosos que [...] vitimaram um policial”, segundo a

³ Disponível em <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/17/onda-de-protestos-cresce-e-leva-mais-de-220-mil-brasileiros-as-ruas-de-norte-a-sul-do-pais.htm>, acessada em 30/12/2014.

própria PMERJ⁴. O resultado da incursão foram mais 9 pessoas mortas (sendo que três desses moradores não estavam envolvidos com atividades criminosas, segundo a Polícia Civil⁵), 6 feridas, casas sem luz, escolas sem aulas e muito terror e apreensão por parte dos moradores. O episódio ficou conhecido como Chacina da Maré e conseguiu alguma atenção pública à época, embora até hoje nenhuma prisão tenha sido feita em decorrência dela⁶. Uma série de manifestações ocorreu em protesto a esse episódio, sendo a primeira delas em 25 de junho de 2013, na qual aparece a mencionada faixa: “A polícia que reprime na avenida é a mesma que mata na favela”.

A INSEPARABILIDADE POLÍCIA-POLÍTICA: VIOLÊNCIA COMO POLÍTICA DE ESTADO

Como dito acima, diversos autores localizam na violenta repressão policial o exponencial crescimento do número de participantes da primeira para a segunda fase das manifestações. De início, é interessante a reflexão que Farmer (2004, p. 287) faz sobre a *exotização do sofrimento*. Em poucas palavras, “o sofrimento de indivíduos cujas vidas e lutas nos lembram das nossas próprias tende a nos mover; o sofrimento daqueles que estão distantes [...] afeta menos”. O autor centraliza, dessa forma, a solidariedade com o sofrimento na dinâmica identidade-alteridade. Quando é a alteridade o objeto de sofrimento, este não se torna lamentável. Nessa mesma linha, Butler (2009, p. 50) afirma que “o afeto depende de estruturas sociais de sentir”, o que significa que “[n]osso afeto nunca é meramente só nosso: o afeto é, desde o início, comunicado de outro lugar” (BUTLER, 2009b, p. 50). A autora centra sua reflexão no caso das guerras declaradas após os eventos de 11/09/2001. Caldeira (2003), por sua vez, escrevendo sobre violência urbana na cidade de São Paulo, afirma que:

Uma consequência importante dessa teoria de contágio e do fracasso das autoridades em controlar o mal é que as pessoas

⁴ <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/06/policia-civil-admite-que-inocentes-morreram-em-confronto-na-mare-rj.html>

⁵ <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2013/06/quem-vai-protestar-contra-o-assassinato-de-inocentes-na-favela-da-mare.html>

⁶ <http://redesdamare.org.br/?p=13551>

intensificam suas próprias medidas de encerramento e controle, de separação e construção de barreiras [...]. Além disso, elas tendem a apoiar medidas privadas de proteção que são violentas e ilegais, tais como a ação de justiceiros e *abusos da polícia* (CALDEIRA, 2003, p. 90, ênfase adicionada).

Em ambos os trabalhos, percebemos, portanto, que há uma ideologia dominante sobre como devemos perceber o mundo a nosso redor e como as ações violentas são ilegítimas (no caso de terroristas e bandidos) ou legítimas (no caso da guerra ao terror e das medidas de autoproteção urbanas). Essa legitimidade da violência, segundo Butler (2009), se dá na *precariedade* (*precarity*, no original em inglês) do corpo. O argumento central da autora é que a “[p]recariedade designa a condição politicamente induzida devido a qual certas populações sofrem com redes de suporte social e econômico insuficientes e se tornam diferencialmente expostas a agressão, violência e morte” (BUTLER, 2009, p. 25). Isso significa que a precariedade do corpo é maximizada ou minimizada, dependendo do fortalecimento ou não das redes necessárias para a manutenção daquela vida de forma satisfatória. Como consequência da maximização da precariedade de certas populações, elas não são vistas como passíveis de luto (*grievable*) e “a possibilidade de luto é a pressuposição para a vida que importa” (BUTLER, 2009, p. 14), o que significa que *as mortes não lamentadas foram vidas que não importavam*.

Sendo assim, quando Rolnik (2013) afirma que a polícia mata pobres no cotidiano, isso significa que os pobres têm seu sofrimento exotizado e sua precariedade maximizada. Em outras palavras, se “a segregação urbana é hoje bem visível [...] – do lado dos pobres, a violência do Estado – sobretudo na chave do “combate ao tráfico de drogas”” (BRITO E OLIVEIRA, 2013, p. 68), então a violência policial não foi uma novidade das manifestações de junho de 2013. A novidade foi a violência contra corpos legítimos.

Nesse sentido, a afirmação de Secco (2013, p. 73) é muito relevante: “[o] papel da *interpretação* da violência [nas manifestações] foi decisivo” (ênfase no original). Essa violência deixou de ser vista como necessária ou isolada, mas como proposital e sistemática; percepção essa que se deveu à compreensão de que a política não está deslocada da ação policial repressiva. A compreensão tradicional que separa a polícia da

política torna possível o discurso típico de governantes de que “condenamos os excessos da polícia” (SECCO, 2013, p. 76). Assim, a responsabilização por qualquer ato é feita de forma individualizada, o que reduz o debate sobre a polícia a “policia bom VS policia mau”. É essa junção política-polícia que precisa entrar no debate público se quisermos entender o funcionamento dos corpos policiais: os “excessos” são prática regular nos lugares onde Brito e Oliveira (2013, p. 68) afirmam predominar o “estado de sítio”.

A PERFORMATIVIDADE DA ATIVIDADE LINGÜÍSTICA

A ideia do enunciado performativo deve tributo à obra de Austin (1962). O autor inicia suas discussões apontando para situações em que a linguagem é usada para agir, já que os atos de fala, quando proferidos, produzem aquilo que descrevem, sendo, portanto, performativos. Desenvolvendo as considerações de Austin, Derrida (1977) afirma que a condição para a felicidade do ato de fala é a *iterabilidade* (termo que ele cunha), ou seja, o enunciado performativo funciona porque contém propriedades convencionais de usos linguísticos, o que o torna citável. O filósofo desloca para a prática linguística a característica principal de seu próprio funcionamento, já que a propriedade de ser iterável é o que garante a eficácia do ato de fala. Isso não significa, entretanto, que os usos linguísticos sejam sempre os mesmos; a própria palavra *iterabilidade* significa repetir e mudar (ao mesmo tempo), já que “repetir um processo nunca o faz idêntico ao primeiro, pois a própria repetição é um fator de mudança” (BLOMMAERT, 2014, p. 9).

Dessa forma, os significados sociais sobre normas morais ou ações policiais, por exemplo, passam a ser vistas não como verdades fundacionais manifestas nas performances, mas sim como efeitos dessas performances, ou seja, são performativamente construídas e reconstruídas através da atividade semiótica, o que significa que essa “estrutura é o efeito aparente de repetição sedimentada” (PENNYCOOK, 2010, p. 47). Essa perspectiva teórica desessencializa a constituição humana e nos convida a investigar os processos por meio dos quais certos significados ganham estabilização através de “modelos reflexivos de comportamento humano [... que o fazem] persistir através de arranjos que os formulam como atemporais, inescapáveis, essenciais, dominantes” (AGHA, 2007, p. 2). Além disso, privilegia o espaço da mudança

e da agência, dado que se “as relações sociais não são pré-simbólicas, mas constituídas, não só sustentadas, através da atividade simbólica” (WOOLARD, 1998, p. 10), então é possível que novos significados sejam circulados e novas relações sociais, forjadas.

O trabalho de Caldeira (2003) é indispensável para entender a relação entre a performatividade linguística, os processos de significação e a violência, ao criar o conceito da fala do crime para definir toda sorte de conversas que tenham o crime como assunto. Como já dito acima, pessoas com medo do crime tendem, segundo a autora, a apoiar medidas de autoproteção e abusos da polícia, já que “a fala do crime faz a violência proliferar ao combater e simbolicamente reorganizar o mundo” (CALDEIRA, 2003, p. 43, ênfase no original), ao “produzir [...] segregação (social e espacial), abusos por parte das instituições da ordem, contestação dos direitos da cidadania e, especialmente, a própria violência.” (CALDEIRA, 2003, pp. 43-44) e criar “categorias essencializadas derivadas da polaridade bem vs mal” (CALDEIRA, 2003, p. 43). Baseado nessa polaridade, são legitimados os abusos policiais, já que há o entendimento compartilhado de que essa violência é justificada se perpetrada contra os “maus”. Isso significa que a necessidade da repressão policial violenta, quiçá letal, contra corpos precários (cf. seção 2) ganhou substância na repetição, ou seja, foi reificada nas performances que repetidamente construíram a oposição “bons vs maus”.

Dessa forma, fica ressaltada a importância de voltar nossa atenção para a *circulação* dos textos. É a circulação da fala do crime em Caldeira (2003) que cria crenças sobre violência e sujeitos, além de produzir efeitos materiais (como os muros que dão nome à obra) e simbólicos (discursos de ódio e preconceito). É a circulação do discurso da “guerra ao terror” em Butler (2009) que legitima, junto à população estadunidense, práticas de guerra do governo dos EUA. Briggs (2007, p. 556) cunha o termo *comunicabilidade* para lidar com o modo como os textos circulam socialmente. Nesse sentido “[a] comunicabilidade é infecciosa – [...] textos e ideologias encontram plateias e as localizam socialmente/politicamente” (BRIGGS, 2007, p. 556). Os textos circulam porque “as pessoas *imaginam* [sua] produção, circulação e recepção” (BRIGGS, 2007, p. 556, ênfase adicionada), o que significa que as pessoas produzem textos imaginando quem vai lê-los e como eles vão circular por diferentes receptores. Assim, “a construção de significado e a interpretação são vistos como momentos na mobilidade

dos textos e enunciados, e como ativamente orientados [...] para os caminhos através dos quais textos e enunciados viajam” (BLOMMAERT; RAMPTON 2011, p. 11). A perspectiva a que me afilio, portanto, compreende que textos viajam, cumprem *trajetórias*, ou seja, percorrem um caminho traçado continuamente a cada interação (BLOMMAERT, 2005), sendo, portanto, *um* momento na trajetória dos significados socioculturais que os orientam.

Nessa perspectiva, Bauman e Briggs (1990, p. 189) afirmam que “[u]ma dada performance está ligada a vários eventos de fala que a precedem e sucedem” e essa ligação é estabelecida através da *entextualização*, conceito que nos ajuda a melhor compreender como significados, durante suas trajetórias de circulação, comparecem nos inúmeros embates interacionais cotidianos. De acordo com Bauman e Briggs (1990, p. 206), “[entextualização] é o processo de tornar o discurso passível de extração, de transformar um trecho de produção linguística em uma unidade – um *texto* – que pode ser extraído de seu cenário interacional”. Obedecendo à iterabilidade de Derrida (1977), cada vez que um artefato textual “quebra” com um contexto e é inserido em outro, já há mudança, “micromovimentos e diminutas alterações, quase invisíveis em sua sutileza” (FABRICIO; PINTO, 2013, p. 15), uma vez que essa nova entextualização “se torna um novo discurso associado a um novo contexto” (BLOMMAERT, 2005, 47).

É crucial considerar a afirmação de Bauman e Briggs (1990, p. 206): “[e]ntextualização pode muito bem incorporar aspectos do contexto, de tal forma que o resultante carregue elementos da história de seu uso consigo”. Logo, apesar de haver ruptura de contexto e mudanças, ainda que diminutas, como mencionei acima, artefatos textuais carregam consigo seu histórico de usos. A “intertextualidade se refere ao fato de que, quando falamos, produzimos as palavras de outros, nós constantemente citamos e recitamos expressões, e reciclamos significados que já estão disponíveis” (BLOMMAERT, 2005, p. 46). É essa natureza da prática linguística que permite, portanto, que significados sejam entextualizados, a cada vez que são acionados.

O entendimento de que todo enunciado é intertextual e de que há mudança a cada nova entextualização torna necessário um repensar crítico sobre o funcionamento dos processos de significação, à luz do conceito de *indexicalidade*. Na contramão da tradição de estudos linguísticos do século XX, que localizou o significado no signo linguístico,

entendendo que o nível denotacional seria suficiente para o entendimento, trabalho com a perspectiva de que o processo de significação depende necessariamente de significados conotacionais ou indexicais. Nessa teorização, o significado depende necessariamente dos conhecimentos de mundo dos falantes, que podem ou não compartilhar repertório sociocultural⁷, uma vez que “a historicidade cria a possibilidade de reconhecimento, baseada em atribuições indexicais” (BLOMMAERT, 2014, p. 11). Assim sendo, o processo de significação é dependente de significados indexicais, emergentes na interação, que apontam para significados sociais mais amplos, como Fabricio (2013, p. 155) deixa claro: “os significados e as relações que emergem nas interações locais estão sempre referidos a um repertório de convenções macrossociais (não redutíveis ao evento imediato)”. É dever, portanto, do analista que se propõe a compreender os processos de significação, através da atividade sociossemiótica, investigar a fricção durante o processo de circulação dos textos, que sucessivamente confirmam e contestam significados sociais orientadores de nossas práticas cotidianas. Antes de passar à análise dos dados, há dois construtos teórico-metodológicos que precisam de exposição. O primeiro deles é o de *ordem indexical*. Baseado no conceito de indexicalidade, significados indexicais discutidos anteriormente são ordenados, isto é, “não são questões de atribuição aleatória, mas estão intimamente relacionados a outros traços sociais e culturais dos grupos sociais” (BLOMMAERT, 2005b, p. 73). O conceito de ordem indexical está, portanto, relacionado a processos de normatização de relacionamentos indexicais sedimentados ao longo das trajetórias comunicáveis dos signos linguísticos. Um signo (importantíssimo para este artigo) como “favela”, por exemplo, invoca relações indexicais, a partir do nosso repertório sociocultural, com outros signos, tais como “pobreza”, “sujeira”, “violência”, “negritude”, “precariedade”. Sendo assim, qualquer instância de uso do substantivo “favela” terá sua interpretação baseada nessas relações indexicais (não necessariamente dicionarizadas, mas

⁷ Blommaert e Rampton (2011, p. 7) destacam que a premissa de que falantes compartilham conhecimento de mundo não se aplica ao mundo atual (e é questionável que já tenha sido adequada), já que, com o desenvolvimento dos meios de comunicação e as facilidades de deslocamento físico, fica cada vez mais corriqueira possibilidade do encontro de dois ou mais indivíduos com pouquíssimo repertório sociocultural compartilhado (incluindo, mas não limitado ao código linguístico, como mostra Fabricio (2013)).

compartilhadas nos repertórios socioculturais sobre o contexto urbano do Rio de Janeiro), ainda que pretenda contestar essas relações.

A essa normatização socioindexical, soma-se o fato de que significados conotacionais se orientam de acordo com *ordens de indexicalidade*, que funcionam como sistemas de “sistemas de estratificação e hierarquização” (FABRICIO, 2013, p. 155), o que significa que “alguns tipos de indexicalidade são mais valorizados do que outros” (BLOMMAERT, 2005b, p. 74), possibilitando, assim, regimes de valoração necessariamente excludentes. Para me manter exemplificando sobre as relações indexicais em relação à favela, é interessante observar, no trabalho de Lopes (2014) sobre o funk carioca, como operam as ordens de indexicalidade dos discursos que constroem o funk como manifestação cultural do Rio de Janeiro (embora não seja esse o foco da autora). Nos excertos trabalhados em seu artigo, encontramos, por exemplo, “grito da favela” e “funk é cultura”. Ao indexicalizar “favela” a “cultura”, a autora mobiliza significados conotacionais que atribuem valor positivo à favela, ao contrário do exemplo anterior, em que a favela seria indexicalmente inferior ao “asfalto” ou à “avenida”. Essa inversão da ordem de indexicalidade da favela acaba por desestabilizar significados socioculturais orientadores sobre classe social e raça, baseados na oposição entre morar mal (favela) e morar bem (não favela).

ANÁLISE DOS DADOS

A escolha dos dados a serem analisados nesse trabalho foi tarefa árdua. Escolhi textos sobre a Chacina da Maré devido ao meu interesse no estudo da violência policial e a diferença na atuação dos corpos policiais em manifestações na “avenida” e na “favela”. Em outras palavras, se a violência durante a primeira fase das manifestações chocou seus participantes e gerou solidariedade ao movimento (conforme argumento na seção 2), a Chacina da Maré deveria ser considerada um marco desses eventos. Ao contrário,

hoje em dia é pequena a repercussão da chacina e nenhum policial foi responsabilizado por quaisquer das mortes e ferimentos⁸.

Para analisar os significados que emergem sobre violência policial, divido esta análise em 4 partes. Na primeira, faço uma análise da faixa já mencionada que, como disse, foi erguida na manifestação que ocorreu na Maré após a chacina. Meu objetivo é investigar os efeitos de significação que ela causa ao ser erguida durante a manifestação. Analisarei, em seguida, uma parte da trajetória do texto da faixa através da internet: primeiramente, no site Redes de Desenvolvimento da Maré (site de uma instituição da sociedade civil organizada a partir do envolvimento do movimento comunitário do conjunto de favelas da Maré); em seguida no portal G1, das organizações Globo (maior organização midiática do Brasil, contando com jornais, revistas, canais de rádio e TV, aberta e fechada). A quarta parte da análise será feita a partir dos comentários no portal G1. Dos 124 comentários presentes no site e analisados, escolhi três, por considerá-los representativos das batalhas pela significação da violência policial; ora legitimada como necessária e, portanto, positiva; ora contestada como excesso ou crueldade. O foco da análise da trajetória textual, como mencionado anteriormente, é na forma como as sucessivas entextualizações produzem diferentes efeitos de acordo com os contextos de significação analisados.

A FAIXA “A POLÍCIA QUE REPRIME NA AVENIDA É A MESMA QUE MATA NA FAVELA”

O movimento discursivo realizado pelos manifestantes, para performatizar uma denúncia de precarização social de seus corpos, aponta para uma reordenação indexical do signo “polícia”. Tal signo carrega consigo seus contextos de uso, portanto significados conotacionais estão historicamente atrelados a ele, através do princípio da ordem indexical, discutida na seção 4. Além disso, tendo em vista a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) como principal programa de segurança pública do governo do Rio (a partir da administração de Sergio Cabral Filho), à PMERJ foi atribuída a missão

⁸ Além disso, durante o ano de 2014, mais denúncias foram feitas em relação a abusos ocorridos na Maré, ocupada pela PMERJ e Exército desde abril de 2014, segundo <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-12-15/forca-de-pacificacao-da-mare-muda-de-comando.html>

de pacificar as favelas do Rio, anteriormente dominadas pelo tráfico de drogas. Assim sendo, ao termo “polícia”, ligam-se indexicalmente ideias de pacificação (paz), combate à violência, segurança, fiscalização, ordem, lei, obediência, vigilância, combate ao tráfico de drogas.

Por outro lado, os moradores da Maré, que inegavelmente convivem cada dia mais com a ação policial, andam na contramão dessas ordens indexicais presentes no discurso oficial. Ao estruturarem o período com o substantivo “polícia” conjugando os verbos “reprime” e “mata”, os moradores da Maré entextualizam outros significados, que não os oficiais, sobre a atuação policial. Tais significados estão relacionados a práticas abusivas da PMERJ, que são amplamente compartilhadas pelos repertórios socioculturais dos moradores do Rio de Janeiro. Sendo assim, esses manifestantes ativam outra ordem indexical para a polícia, que envolve, então, repressão, punição, violência, guerra, suborno, corrupção, abuso de poder.

Além disso, é comum a utilização dos termos “avenida” e “asfalto” em oposição à favela. Essa oposição claramente não para na geografia, já que a interpretação social quanto aos corpos que habitam cada um dos polos da oposição acompanha as normatizações indexicais que opõem as duas descrições geográficas ao longo das trajetórias dos significados que sistematicamente reentextualizam essa oposição. A avenida é perpassada por uma ordem indexical relacionada à classe média/alta, organização, urbanização planejada, modernidade. Por outro lado, à favela, como já mencionado, se alinham significados indexicais tais como pobreza, desorganização, sub-urbano, pré-moderno, violência, criminalidade, tráfico de drogas, marginalidade. Dessa forma, ao territorializar a violência como letal na favela e não-letal na avenida, a faixa cria uma ordem de indexicalidade quanto à qualidade de vida (ou precariedade da vida, por oposição) que hierarquiza a avenida *acima* da favela e, por associação metonímica, classe média/alta acima dos pobres.

É interessante notar como as ordens indexicais de “polícia” e “favela” são antagônicas, já que à primeira cabe a pacificação e o combate à violência e ao tráfico de drogas, sendo a violência e o tráfico indexicalmente ligados à favela. Dessa forma, a ação policial violenta e letal se configura como mais um vetor de desigualdade social, que mantém a ordem de indexicalidade, acima mencionada, de privilégios ao “asfalto”,

portanto à classe média. Assim, os manifestantes performam a identidade de favelados denunciando essa desigualdade e maximização da precariedade de seus corpos, perpetrada pelo aparato repressivo e punitivo do Estado. Além disso, a faixa recontextualiza criticamente a violência policial como construção sociodiscursiva (que assegura certos privilégios), não como uma necessidade natural no combate à favela – em outras palavras, a violência policial é um efeito das performances que a construíram através de inúmeras entextualizações, não a manifestação de uma verdade social objetiva e verificável.

O SITE “REDES DE DESENVOLVIMENTO DA MARÉ”⁹

O primeiro momento que analiso da trajetória do discurso da faixa “A polícia que reprime na avenida é a mesma que mata na favela” é no site da Redes, que, como mencionado anteriormente, foi organizado a partir do engajamento de movimentos sociais no complexo da Maré. A matéria é escrita no mesmo padrão do gênero jornalístico e cobre o evento da Chacina da Maré, prevalecendo a narração dos fatos ocorridos. São entrevistadas quatro pessoas, todas moradoras da Maré que presenciaram a Chacina da Maré. A faixa acima analisada erguida durante a manifestação é mencionada no segundo parágrafo e aparece em posição de destaque na fotografia que dá início à matéria, de manifestação ocorrida em 25/02/2013 no Complexo.

De início, vale notar que a operação da PMERJ é predicada como “desastrosa” (2 vezes), além de “uma covardia” por uma entrevistada e “uma vergonha” por outro. A violência policial é entextualizada na matéria mantendo a ordem indexical projetada pelos manifestantes para a polícia, assim como o tom de denúncia empregado. Além disso, a matéria coopera no empoderamento dos manifestantes ao permitir a mobilidade, via internet, da denúncia. Em outras palavras, a matéria da Redes dá voz aos manifestantes e moradores da Maré, ao permitir que seus discursos circulem para além das manifestações convocadas e permitam maior durabilidade (já que o texto no site fica disponível por tempo indeterminado) e alcance (já que a circulação do discurso na

⁹ <http://redesdamare.org.br/?p=8973>

internet é desterritorializado, ou seja, disponível para além dos limites da favela, uma vez não fica restrita aos limites do corpo, como na interação face a face ou mesmo nas manifestações).

O SITE G1 (PORTAL DAS ORGANIZAÇÕES GLOBO)

Discursos sobre a Chacina da Maré também foram entextualizados no site G1, das Organizações Globo¹⁰. A matéria mostra quatro fotos, sendo uma delas a da faixa já mencionada (que aparece no fim da matéria). A matéria cita três pessoas: um representante da ONG Observatório das Favelas, um major da PMERJ e um major do BOPE. O representante do Observatório não é citado diretamente (a matéria apenas afirma que “[ele] recebeu muita reclamação de moradores sobre a ação da polícia”). Os representantes da polícia, entretanto, têm suas falas citadas, entre aspas.

A matéria começa informando que três inocentes morreram durante a ação policial, segundo a própria Polícia Civil. Não resta dúvida de que a morte de pessoas inocentes é sempre trágica. Entretanto, ao deixar de lado as outras sete pessoas que também morreram, a matéria corrobora com a legitimação da violência letal contra os “maus”, conforme discutido na seção 3. Não são discutidos os motivos pelos quais sete moradores de uma das maiores favelas do Rio de Janeiro se envolveram com práticas criminosas e não é contestada, portanto, a letalidade da ação repressiva contra esses corpos. Assim, passa como natural que essas pessoas morram por serem criminosos.

Além disso, um dos representantes da polícia afirma que “[a ação foi] compatível com o ataque sofrido pela polícia” e que “o BOPE agiu dentro dos limites legais”. Vale lembrar que um policial do BOPE foi morto antes da entrada da PMERJ no Complexo da Maré e que as pessoas presas durante a operação são referidas pelos representantes da PMERJ e do BOPE como “marginais”, “criminosos” e “traficantes”. Os representantes também afirmam que o BOPE esteve “na Nova Holanda [uma das favelas do Complexo da Maré] buscando¹¹ os criminosos que [...] vitimaram um policial do BOPE”. A polícia, na

¹⁰ <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/06/policia-civil-admite-que-inocentes-morreram-em-confronto-na-mare-rj.html>

¹¹ Apesar de esse trabalho não se pautar por análises sintáticas, creio que cabe aqui uma reflexão importante. A oração “buscando os criminosos [etc.]” deve ser classificada como subordinada adverbial *causal* reduzida de

figura de um major de suas relações públicas, segundo a matéria, entextualiza a legitimidade de uma ação violenta por parte da polícia para *vingar* a morte de um policial¹². Ao afirmar que a ação do BOPE “buscando os criminosos que [...] vitimaram um policial” foi “compatível com o ataque sofrido”, a própria polícia admite que a *causa* da incursão à Maré foi “buscar” aqueles que mataram o policial. Além disso, a morte de 10 pessoas foi compatível, portanto, justificada e correta. O discurso do “olho por olho, dente por dente” é entextualizado pela polícia, o que colabora na manutenção da legitimidade da ação policial letal contra os “maus”.

A matéria também menciona que, na operação,

“[até] terça mais de 10 mil papétes de cocaína tinham sido apreendidos, além de maconha, quatro fuzis, duas submetralhadoras e uma metralhadora. A polícia localizou ainda cinco pistolas, colete à prova de balas, dois carros, cinco motos e uma carcaça de veículo”.

A apreensão de drogas e armas, na esteira da guerra ao tráfico de drogas, serve como justificativa da ação policial. O que pode parecer uma mera constatação de um fato ganha força performativa, já que necessariamente o processo de significação se ancora em nossos repertórios socioculturais, que envolvem as ordens indexicais relacionadas à favela e criminalidade. Sendo assim, aliado ao discurso de vingança, o discurso da guerra ao tráfico de drogas é também entextualizado como justificativa da morte desses corpos precários. Se o tráfico é responsável pelas mazelas sociais, o combate a ele é necessariamente uma ação nobre e heroica, segundo essa lógica, própria da fala do crime, como propõe Caldeira (2003).

infinutivo (CUNHA; CINTRA, 2001). Isso significa ser equivalente a “para buscar os criminosos”, o que escancara que “buscar criminosos” foi o intuito, motivo, razão, causa da operação.

¹² Não afirmo, com isso, que a morte do policial do BOPE em serviço seja aceitável. É importante frisar que a política de segurança adotada no Rio de Janeiro (que só faz uso da instituição Polícia) vitima tanto policiais quanto não-policiais. Tal discussão, entretanto, foge ao escopo deste artigo.

SEÇÃO DE COMENTÁRIOS DO SITE G1

A matéria publicada no G1 obteve 124 comentários, dos quais selecionei 3 para este artigo, por serem representativos da fricção que acompanha as viagens textuais em geral e, também, mais especificamente, sobre violência policial.

O primeiro comentário é do usuário Mestre Magos, que afirma: “Bem só quem é manipulado pela mídia, para apoiar ações desse tipo em comunidades. Porque quem realmente sabe da forma que eles entram atirando, invadindo casas, quebrando tudo, matando qualquer um, forjando flagrante, dando tapa na cara de trabalhador e etc..”. Ele constrói a parcela da população que legitima a violência policial como “manipulado pela mídia”, ou seja, ele constrói a mídia como uma instituição ideológica, que tem interesses em jogo, ao mesmo tempo em que posiciona quem acredita na mídia como desconhecedores da verdade sobre a atuação da polícia nas favelas. Além disso, o usuário rejeita a ordem indexical construída pelo texto para a polícia. Ele a constrói negativamente elencando atividades ilícitas e abusivas como invadir, quebrar, matar, fraudar e agredir, alinhando-se, portanto, aos manifestantes da Maré.

O comentário foi respondido pelo usuário Gabriel Geraldin: “bandido não atira em ngm não coitadinhos, tem que chegar pedindo educadamente para eles entrarem no camburão igual a policia de primeiro mundo, policia despreparada do caramba que temos no Brasil”. O usuário usa de óbvia ironia para ridicularizar o comentário de Mestre Magos, que é assim construído como desconhecedor da verdade. Ele legitima a ação policial violenta como resposta à ação de pessoas que ele qualifica como “bandidos”. O usuário, como se percebe, se alinha à fala do crime e essencializa um conjunto de pessoas na categoria fixa “bandido”. Seguindo essa linha de raciocínio, essas pessoas precisam ser abordadas com violência, talvez morte, uma vez que estão armadas e podem atirar. O discurso da guerra ao tráfico é aqui entextualizado e construído como natural, pois sequer é questionado. O mesmo movimento acontece no comentário de Anderson Marcel: “Acontece de morrer inocentes numa guerra mesmo, só quem vive no mundo da fantasia acredita que o que acontece nos morros do RJ não é uma guerra.” Aqui, a favela é construída como cenário de guerra, e quem discorda vive em uma mentira – o usuário, ao naturalizar a existência de uma guerra nos morros do

Rio, constrói a repressão policial violenta como o instrumento de controle e, mais ainda, naturaliza a morte de inocentes, como efeito colateral dessa guerra. O discurso da fala do crime é entextualizado aqui e faz operar uma ordem indexical que não só constrói a favela como violenta, mas também, em decorrência, constrói a repressão policial como necessária e bem-vinda, ainda que inocentes precisem morrer. A ordem de indexicalidade que posiciona a favela negativamente em relação ao asfalto opera aqui em capacidade total, ao indexicalizar favela à morte, ainda que o morador da favela não “dê motivo”. Assim como o espaço da cidade de São Paulo é organizado pela fala do crime, mencionada em Caldeira (2003), também o espaço do Rio de Janeiro é organizado pela territorialização da violência policial letal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em primeiro lugar, resta claro que a legitimidade da violência policial contra corpos precários está em disputa. Analisando as entextualizações que o discurso da violência policial letal em favelas sofreu, no bojo das mortes da Chacina da Maré, é possível perceber que há uma batalha na arena semiótica (FABRICIO, 2014b) pela compreensão hegemônica de como deve funcionar a ação policial. Os significados indexicais sobre polícia, favela e violência, longe de estarem estáveis, são alvo de descontinuidades ao longo da fricção textual, que ora confirma ora contesta a ação violenta do Estado nas favelas. O olhar etnográfico para a circulação desses discursos rivais é capaz de perceber os diferentes efeitos que múltiplas entextualizações produzem a cada novo contexto em que são precipitadas.

Em segundo lugar, as múltiplas entextualizações do discurso sobre violência não se orientam na direção da cooperação entre os participantes, seja nos textos publicados, mas ainda mais nos comentários e, claro, na manifestação em si. O constante movimento de legitimidade e denúncia observado nos expõe às contradições e à mobilidade dos significados, motivo pelo qual penso que Fabricio (2013; 2014; 2014b) tem razão em vir advogando para que olhemos para as trajetórias textuais como estratégia de análise de entextualizações-em interação (FABRICIO, 2014b), sob a ótica da fricção, em que predomina não a cooperação, mas a concorrência ou, ainda, o embate.

Em terceiro lugar, os moradores da Maré parecem concordar com Lima (2013), que afirma que a mídia funciona como silenciadora de vozes, quando denunciam a maximização da precariedade de seus corpos, perpetrada pelo aparato repressivo e punitivo do Estado, diretamente através de faixas e interdição de avenidas. A faixa escrita e erguida pelos moradores da Maré chama nossa atenção para a violência policial contra corpos cuja precariedade sempre foi maximizada ao longo da história. Os manifestantes pegam carona na revolta contra a polícia que marcou as manifestações de junho de 2013 para denunciar que há um território muito mais violento onde habitam corpos não-legítimos, ou seja, a favela. Para corpos não-legítimos, portanto, a máxima precarização dos corpos, isto é, a letalidade da ação policial/estatal, em oposição à repressão não-letal verificada nos protestos pelas avenidas do Centro do Rio (como Presidente Vargas e Rio Branco).

Se entendemos que as ações da polícia, como aparelho do Estado, não estão separadas das políticas públicas e das concepções sobre segurança, então a constante precarização de corpos favelados (de maioria pobre e negra) é uma ordem social, já que “*a desigualdade, não a uniformidade, organiza os fluxos através do ‘globo’*” (BLOMMAERT, 2009, p. 564) sociossemioticamente autorizada por setores da sociedade, que incluem canais de mídia tradicionais. É então possível afirmar que a polícia é uma instituição oficial do Estado que minimiza a precariedade de alguns enquanto maximiza a de outros e, portanto, funciona necessariamente como uma instituição *política* de reprodução de desigualdades sociais. São os pobres moradores de favela aqueles que “são obrigados a suportar o fardo da fome, subemprego, privação de direitos e exposição maior a violência e morte” (BUTLER, 2009, p. 25). Textos aqui analisados elucidam o tipo de discursos que podem perfeitamente pautar as ações oficiais em relação às favelas. É dever, portanto, daqueles que têm a preocupação ética de cooperar na construção de uma sociedade mais justa, fazer circular discursos contestadores da ordem social e indexical que naturaliza o sofrimento de alguns, dando, dessa forma, voz às denúncias desses manifestantes. É a circulação desses discursos que pode, pela própria lógica de fricção e iterabilidade textual, produzir mudanças de larga escala através de alterações microscópicas (BLOMMAERT, 2014), ou seja, desestabilizar a atual

norma social e apontar caminhos para uma nova organização social e semiótica, onde dignidade e cidadania não têm CEP.

REFERÊNCIAS

AGHA, A. Semiosis across encounters. **Journal of Linguistic Anthropology**, Vol. 15, 2005.

_____. Introduction. **Language and Social relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

AUSTIN, J. **How to Do Things with Words**. Cambridge: Harvard University Press, [1962] 1975.

BAUMAN, R; BRIGGS, C. Poética e performance como perspectivas críticas sobre a linguagem e a vida social. **Ilha - Revista de Antropologia**, v. 8 1-2, [1990] 2006.

BLOMMAERT, J. Text and context. In: Blommaert, J. **Discourse: key topics in Sociolinguistics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

_____. Language and inequality. In: Blommaert, J. **Discourse: key topics in Sociolinguistics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005b.

_____. A sociolinguistics of globalization. In: COUPLAND, N; JAWORSKI (eds.) **The new Sociolinguistics Reader**. New York: Palgrave Macmillan, 2009.

_____. From mobility to complexity in sociolinguistic theory and method. **Tilburg Papers in Culture Studies**, paper 103, 2014.

BLOMMAERT, J.; RAMPTON, B. Language and superdiversity: a position paper. In: **Working papers in urban language and literacies**, 2011.

BRIGGS, C. Anthropology, interviewing, and communicability in contemporary social life. In: **Current Anthropology**, 48, 2007.

BRITO, F; OLIVEIRA, P. Territórios transversais. In: MARICATO, E. *et al (Orgs.)*. **Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013.

BUTLER, J. **Frames of war**. Londres: Verso, 2009.

CALDEIRA, T. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Edusp/Editora 34, [2003] 2011.

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DERRIDA, J. Signature Event Context. **Glyph**, vol. 1, 1977.

FABRICIO, B. A “outridade lusófona” em tempos de globalização: identidade cultural como potencial semiótico. In: MOITA LOES, Luiz Paulo (Org.). **O português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

_____. Transcontextos educacionais: gêneros e sexualidades em trajetórias de socialização na escola. In: SILVA, D; ALENCAR, C; FERREIRA, D. (orgs.). **Nova Pragmática: modos de fazer**. São Paulo: Cortez Editorra, 2014.

_____. The pragmatics of entextualizing a digital “Lusophone” territory. **Working Papers in Urban Language & Literacies**, 134, 2014b.

FABRICIO, B; PINTO, J. Inclusão e exclusão sociais em práticas discursivo-identitárias: microrresistências e possibilidades de agenciamento. In: PINTO, J.; FABRÍCIO, B. **Exclusão social e microrresistências: a centralidade das práticas discursivo-identitárias**. Goiânia: Cãnone Editorial, 2013.

FARMER, P. On suffering and structural violence: a view from below. In: SCHEPER-HUGHES, N.; BOURGOIS, P. (orgs.). **Violence in War and Peace: an Anthology**. Malden: Blackwell, 2004.

LIMA, V. Mídia, rebeldia urbana e crise de representação. In: MARICATO, E. *et al (Orgs.)*. **Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013.

LOPES, A. Pragmática engajada: performances de resistência no funk carioca. In: SILVA, D; ALENCAR, C; FERREIRA, D. (orgs.). **Nova Pragmática: modos de fazer**. São Paulo: Cortez Editorra, 2014.

MOITA LOPES. “Falta homem até pra homem”: a construção da masculinidade hegemônica no discurso midiático. In: HEBERLE, Viviane Maia; OSTERMANN, Ana Cristina; FIGUEIREDO, Débora de Carvalho (Org.) **Linguagem e gênero**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

NOBRE, M. **Choque de democracia: razões da revolta**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

PENNYCOOK, A. **Language as a local Practice**. London: Routledge, 2010

ROLNIK, R. As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. In: MARICATO, E. *et al (Orgs.)*. **Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013.

SECCO, L. As jornadas de junho. In: MARICATO, E. *et al (Orgs.)*. **Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013.

SILVA, D. **Pragmática da violência: o Nordeste na mídia brasileira**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010.

SILVA, D; ALENCAR, C; FERREIRA, D. Uma nova pragmática para antigos problemas. In: _____. (orgs.). **Nova Pragmática: modos de fazer**. São Paulo: Cortez, 2014.

SINGER, A. 2013 e os protestos de junho. In: **Novos Estudos CEBRAP**, 97, 2013.

WOOLARD, K. A. Introduction. Language Ideology as a Field of Inquiry. In: SCHIEFFLIN, B. B.; WOOLARD, K. A.; KROSKRITY, P. (orgs.) **Language Ideologies. Practice and Theory**. New York: Oxford University Press, 1998.

Artigo aceito em jun./2015